



**PORTARIA CRO-MG Nº 112/2023**

***Determina a Interdição Cautelar de estabelecimento odontológico em Alto do Jequitibá/MG, até o ajuste das irregularidades legais e éticas.***

A Diretoria do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial ao estabelecido na Lei Federal nº 4.324/64 e na Resolução CRO-MG-55/2023, que regula a interdição cautelar na esfera de atuação do CRO-MG;

**CONSIDERANDO** o manifesto descumprimento aos dispositivos da Lei nº 4.324/64, ao Código de Ética Odontológica (Resolução CFO-118/2012) e a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia (Resolução CFO-63/2005);

**CONSIDERANDO** a Resolução CRO-MG-55/2023, que estabelece a interdição cautelar ética de estabelecimento vinculado, direta ou indiretamente, à odontologia, cuja ação ou omissão, esteja causando dano à saúde pública ou à pacientes, ou esteja na iminência de fazê-lo;

**CONSIDERANDO** o reiterado descumprimento às normas do Conselho Federal de Odontologia – nos moldes do Relatório de Fiscalização e Termo de Fiscalização nº 07303, de 25 de abril de 2023, e Termo de Notificação.

**CONSIDERANDO** a contínua violação ao Código de Ética Odontológica no que concerne: **(a)** exercício da profissão em estabelecimento sem inscrição neste CRO-MG, **(b)** veiculação de publicidade irregular; **(b)** mercantilização da profissão e **(d)** aliciamento de pacientes em institutos educacionais;

**CONSIDERANDO** o iminente risco à saúde pública havendo continuidade do exercício da odontologia em estabelecimento sem o cumprimento dos requisitos legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica interditado cautelarmente, pela manutenção das diversas não conformidades mencionadas, do estabelecimento Dr. Paulo Fernando Consultório Especializado, CNPJ 47.349.109/0001-00, com endereço profissional situado à **Pça. Reverendo Aníbal Nora, nº 30, Centro, em Alto Jequitibá - MG, CEP: 36976-000**, pelas reiteradas violações ético-odontológicas, às disposições da Lei 4324/64, à Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia (Resolução CFO-63/2005); e, ainda, nos princípios fundamentais do Código de Ética Odontológica, aprovado pela Resolução CFO-118/2012.

**§1º** - O estabelecimento em referência fica impedido, devido à presente interdição, de prestar serviços odontológicos até que encerrada sua vigência ou ocorra a revogação desta portaria.

**§2º** - Ficam sujeitos à responsabilização no âmbito de Processo Ético Disciplinar todos os profissionais que permanecerem prestando serviços odontológicos no estabelecimento ora interditado, sendo a Interdição determinada pela Diretoria desta Autarquia pela presente Portaria.

**§3º** - Os profissionais que concorrerem na irregularidade supracitada terão a pena agravada devido a circunstância de manifesta gravidade expressa no inciso III, do art. 53 do Código de Ética Odontológica.

**Art. 2º** - A interdição cautelar é decorrente dos atos de Fiscalização realizados pelo



CRO-MG nos dias 11 de maio, 31 de maio e 02 de agosto de 2023; conforme Relatórios de Fiscalização e Notificações / Autos de Infração Ética que instruem o processo administrativo nº 0547/2023, sendo a interdição determinada “*ad referendum*” pela Diretoria desta Autarquia Federal.

**Art. 3º** - Encaminhe-se os autos para imediata instauração de processo ético.

**Parágrafo único** - A instauração do Processo Ético não afasta a eventual responsabilização civil ou penal por parte dos infratores.

**Art. 4º** - Cientifique-se o Ministério Público de Minas Gerais para que tome as providências que julgar cabíveis.

**Art. 5º** - Comunique-se aos Órgãos de Vigilância Sanitária para que tomem as medidas necessárias no estabelecimento supracitado, por risco à saúde pública.

**Art. 6º** - Esta interdição terá início no dia 03 de agosto de 2023, encerrando na ocasião em que as irregularidades sejam sanadas, após nova avaliação do Plenário deste CRO-MG e consequente revogação da interdição por sua Diretoria, caso cumpridas antes do termo final de vigência.

**Art. 7º** - O prazo de vigência desta portaria será de 07 (sete) dias — **podendo, automaticamente, ser prorrogado** por mais 30 dias —, caso não sejam cumpridas as determinações impostas, por força das normas vigentes e por deliberação deste Plenário.

**Art. 8º** - Intime-se e cumpra-se.

Belo Horizonte/MG, 02 de agosto de 2023.

**Raphael Castro Mota**  
Presidente do CRO-MG

**Marina Mendes Moreira**  
Secretária do CRO-MG

**Ricardo Alves Corrêa**  
Tesoureiro do CRO-MG